



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 14041.000694/2009-50

**Recurso nº** Voluntário

**Resolução nº** 2301-000.721 – 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 2 de outubro de 2018

**Assunto** CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

**Recorrente** CAST INFORMÁTICA S/A

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, sobrestar o processo para aguardar a publicação, pelo STF, dos acórdãos relativos ao ADPF 324 e ao RE 958252 (esse último na sistemática da repercussão geral), nos quais se discute a licitude da terceirização de atividades precípuas da empresa tomadora de serviços, e no qual foi fixada a seguinte tese jurídica: "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante (tema 725 da repercussão geral)."

*(assinado digitalmente)*

João Bellini Júnior – Presidente e relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Antônio Sávio Nastureles, Alexandre Evaristo Pinto, João Maurício Vital, Wesley Rocha, Reginaldo Paixão Emos (suplente convocado), Marcelo Freitas de Souza Costa, Juliana Marteli Fais Feriato e João Bellini Júnior (Presidente).

### **Relatório**

Trata-se de recurso voluntário em face do Acórdão 03-78.064, (o qual revisou o Acórdão 03-35.888, anulado pelo Acórdão Carf 2403-002.811) exarado pela 5<sup>a</sup> Turma da DRJ em Brasília.

O auto de infração Debcad nº 37.264.798-7, consolidado em 21/12/2009, no valor de R\$39.874,98, decorre de infringência ao art 32, II<sup>1</sup>, da Lei 8.212, 1991, combinado com o art. 225, II, §§ 13 a 17, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, de 1999 (RPS).

Segundo o relatório fiscal (e-fls. 06 e 07), da análise da documentação apresentada pelo sujeito passivo, durante a ação fiscal, verificou-se que (a) houve pagamento de verbas remuneratórias não contabilizadas em títulos próprios e não consideradas como rubricas integrantes da base de cálculo das contribuições previdenciárias; (b) o plano de contas da autuada não possibilita a identificação das parcelas integrantes e não integrantes da referida base de cálculo, e não houve a devida segregação entre contas relativas a pagamentos efetuados a pessoas físicas e pessoas jurídicas; (c) os relatórios fiscais integrantes dos AI nº 37.264.794-4 e 37.264.795-2 descrevem, de forma pormenorizada, os levantamentos relativos às remunerações pagas a trabalhadores, mas que foram contabilizadas nas contas: Serviços Prestados PJ e Fornecedores.

Em decorrência da infração cometida, foi aplicada a penalidade prevista no art. 283, inciso II, alínea "a", do RPS, no valor de R\$39.874,98, partindo-se do valor mínimo de R\$13.291,66, atualizado pela Portaria MPS/MF - nº 48, de 12/02/2009, agravado em três vezes em virtude da ocorrência das circunstâncias gravantes previstas nos incisos II e IV do artigo 290 do RPS (ter a contribuinte agido com dolo e fraude e, ainda, ter obstado a ação da fiscalização).

O contribuinte foi cientificado da autuação em 23/12/2009 (e-fl. 02).

O acórdão recorrido recebeu as seguintes ementas:

*Período de apuração: 01/12/2009 a 31/12/2009 DEIXAR DE LANÇAR EM TÍTULOS PRÓPRIOS DA CONTABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA.*

*Determina a lavratura de auto-de-infração deixar a empresa de lançar em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos.*

*CONEXÃO.*

*Devem ser analisados em conjunto com o processo principal os processos vinculados por conexão.*

*Impugnação Improcedente Crédito Tributário Mantido A ciência dessa decisão ocorreu em 05/02/2018 (ciência dos documentos relacionados abaixo por meio de sua Caixa Postal, considerada seu Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, e-fl. 379).*

Em 06/03/2018, foi apresentado recurso voluntário (e-fls. 896 a 934), sendo alegado, em síntese:

<sup>1</sup> Art. 32. A empresa é também obrigada a: (...) II - lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos;

(i) a decadência do poder-dever de constituir o crédito de março a novembro de 2004;

(ii) o atendimento a todas as Intimações Fiscais, sendo que todos os documentos em posse da Recorrente foram entregues à fiscalização;

(iii) o regular registro de sua contabilidade;

(iv) a nulidade do lançamento por arbitramento, da forma como realizado, por meio de provas obtidas com questionários respondidos pelos ex-empregados da Recorrente, por constituírem mera declaração particular, presumindo-se verdadeiras apenas ao signatário e, por conseguinte, não possuírem valor probatório, nos termos do artigo 408 do NCPC;

(v) a nulidade por vício de motivação, especialmente por conta da ausência de fundamentação mínima sobre a origem do lançamento "L3 - Aferição de outras remunerações de empregados não declaradas";

(vi) a impossibilidade de cobrança da multa prevista nos artigos 32, inciso II, da Lei 8.212/91 e 225, inciso II, e parágrafos 13 a 17 do Decreto 3.048/199, tendo em vista a Recorrente ter lançado, mensalmente, de forma discriminada todos os pagamentos realizados às "PJs" e pago os encargos previdenciários devidos;

(vii) a possibilidade de contratação de pessoas jurídicas para a prestação dos serviços específicos de consultoria e desenvolvimento de software, sobretudo pelo fato de que a constituição das pessoas jurídicas prestadoras de serviços se deu dentro dos ditames legais e de acordo com o artigo 129 da Lei 11.196/2005;

(viii) a impossibilidade de desconsideração da personalidade jurídica e não comprovação de abuso de direito, excesso de poder, infração à lei ou ao contrato social, desvio de finalidade, confusão patrimonial, ou outros vícios que teriam por base eventual má administração da sociedade;

(ix) a competência concorrente entre a Justiça do Trabalho e Receita Federal para cobrança das Contribuições Previdenciárias, fato que não foi levado em consideração pela fiscalização e levou à indubitável cobrança em duplicidade dos tributos; e (x) a presunção de boa-fé e idoneidade dos documentos apresentados pela Recorrente.

Foram feitos os seguintes pedidos cumulativos na modalidade eventual: (a) o reconhecimento da nulidade do auto de infração e (b) o provimento do recurso voluntário.

É o relatório.

### Voto

Conselheiro João Bellini Júnior – Relator

Em 30/08/2018, o exelso Supremo Tribunal Federal, ao julgar conjuntamente a ADPF 324 e o RE 958252 (esse último na sistemática da repercussão geral), nos quais se discutia a licitude da terceirização de atividades precípuas da empresa tomadora de serviços, fixou a seguinte tese jurídica: "**É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das**

**empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante**  
(tema 725 da repercussão geral)."

Desse modo, em razão da natureza vinculante das decisões proferidas pelo excenso Supremo Tribunal Federal nos aludidos feitos, deve ser reconhecida a licitude das terceirizações em qualquer atividade empresarial.

No entanto, até a presente data os acórdãos, tanto na ADPF 324 (ação concentrada) quanto no RE 958252 (sistematica da repercussão geral) não foram publicados, o que impede de se aplicar, com segurança, suas decisões.

Desse modo, voto por CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, para que o presente processo reste SOBRESTADO, até a publicação dos referidos acórdãos pelo Supremo Tribunal Federal.

*(assinado digitalmente)*

João Bellini Júnior – Relator